

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO NO ÂMBITO DAS NAÇÕES UNIDAS: DA CENTRALIDADE DO CRESCIMENTO À CONSOLIDAÇÃO DAS ABORDAGENS HUMANA E SUSTENTÁVEL

Cauã Queiroz Fernandes de Sousa, Márcio Jorge Porangaba Costa

RESUMO

Este artigo examina a trajetória do conceito de desenvolvimento nas Nações Unidas (ONU) do pós-Segunda Guerra Mundial à consolidação das abordagens de desenvolvimento humano e sustentável. Sustenta-se que a ONU ampliou progressivamente o sentido de desenvolvimento: de um enfoque inicial na expansão da renda e da industrialização para uma agenda que incorpora bem-estar, equidade e limites ecológicos. Parte-se do marco normativo da Carta da ONU, que associa cooperação internacional à promoção do progresso social e de melhores padrões de vida. Em seguida, discute-se como, no período 1940–1950, políticas e diagnósticos multilaterais privilegiaram indicadores econômicos, ao passo que a descolonização e a persistência da pobreza evidenciaram a insuficiência do crescimento como sinônimo de progresso. Nos anos 1960, o debate se desloca para a distinção entre crescimento e desenvolvimento, incorporando objetivos distributivos e mudanças estruturais. A partir dos anos 1970, a dimensão ambiental entra na agenda, em especial após a Conferência de Estocolmo, abrindo caminho para abordagens integradas como o ecodesenvolvimento. Nos anos 1980, consolida-se o conceito de desenvolvimento sustentável, definido pela Comissão Brundtland como atender às necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras. Em paralelo, ganha força a lente do desenvolvimento humano, difundida pela ONU/UNDP como ampliação de escolhas e capacidades. Por fim, o artigo destaca a tensão entre avanços normativos e limites de governança global, especialmente sob endividamento e assimetrias de poder, que dificultam a implementação dos novos paradigmas. Ao mapear essas inflexões, a análise contribui para entender como disputas políticas redefiniram metas, indicadores e instrumentos da cooperação internacional contemporânea.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Nações Unidas; Desenvolvimento sustentável.

THE EVOLUTION OF THE CONCEPT OF DEVELOPMENT WITHIN THE UNITED NATIONS: FROM THE CENTRALITY OF GROWTH TO THE CONSOLIDATION OF HUMAN AND SUSTAINABLE APPROACHES

ABSTRACT

This article examines the evolution of the concept of development within the United Nations (UN) from the post–Second World War period to the consolidation of human and sustainable development approaches. It argues that the UN progressively broadened the meaning of development, moving from an early emphasis on income growth and industrialization toward an agenda that integrates well-being, equity, and ecological limits. The discussion begins with the UN Charter’s normative framing, which links international cooperation to social progress and higher standards of life. It then shows how, during the 1940s–1950s, multilateral diagnostics and policy priorities relied heavily on economic indicators, while decolonization and persistent poverty exposed the limits of treating growth as a proxy for progress. In the 1960s, the debate increasingly distinguished growth from development, highlighting distributive goals and structural transformation. From the 1970s onward, environmental concerns entered the UN agenda—especially after the Stockholm Conference—encouraging integrated proposals such as eco-development. In the 1980s, the sustainable development concept was consolidated, defined by the Brundtland Commission as meeting present needs without compromising the ability of future generations to meet theirs. In parallel, the human development lens gained prominence, popularized by the UN/UNDP as the expansion of people’s choices and capabilities. Finally, the article stresses a persistent tension between normative advances and constraints in global governance, including debt dynamics and power asymmetries that hinder implementation. By tracing these shifts, the study clarifies how political contestation shaped definitions, metrics, and institutional tools, and why conceptual sophistication has often outpaced practical coordination in development policy.

Keywords: Development; United Nations; Sustainable development.

Instituição afiliada – Universidade Federal de Alagoas

Dados da publicação: dezembro de 2025.

DOI: <https://doi.org/10.36557/pbpc.v4i2.501>

Autor correspondente: Cauã Queiroz Fernandes de Sousa

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



1 INTRODUÇÃO

A inserção da temática do desenvolvimento no contexto das Nações Unidas constitui um eixo central do debate internacional no pós-Segunda Guerra Mundial. De acordo com Aragão (2013), desde a criação da Organização das Nações Unidas, em 1945, o desenvolvimento passou a integrar formalmente os objetivos da cooperação internacional, ao lado da manutenção da paz e da segurança globais. Como afirmam Costa e Soares Neto (s.d.), essa inserção não ocorreu de forma homogênea, mas assumiu contornos específicos ao longo do tempo, refletindo mudanças na ordem geopolítica e econômica internacional.

A Carta de San Francisco já expressava a preocupação com a promoção do progresso econômico e social dos povos por meio da cooperação internacional. Segundo Aragão (2013), essa preocupação estava diretamente associada à percepção de que a estabilidade internacional dependia da redução das assimetrias econômicas e sociais entre os países. De acordo com Myrdal (1978), o processo de descolonização ocorrido no pós-guerra contribuiu decisivamente para a emergência do subdesenvolvimento como categoria central do debate internacional, ampliando a visibilidade das desigualdades globais.

No período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, prevaleceu uma concepção de desenvolvimento fortemente associada ao crescimento econômico e à industrialização. Como destaca Todaro (1981), o crescimento da renda per capita passou a ser entendido como o principal indicador de progresso e desenvolvimento. Segundo Rist (2011), essa visão consolidou a ideia de que desenvolvimento e subdesenvolvimento representariam estágios distintos de um mesmo processo histórico, o que conferiu ao conceito um caráter universalizante.

Essa concepção foi reforçada tanto pelo discurso político das grandes potências quanto pelos arranjos institucionais definidos no âmbito do sistema de Bretton Woods. De acordo com Hobsbawm (1999), as instituições criadas nesse contexto desempenharam papel central na consolidação da chamada “era de ouro” do capitalismo, marcada por elevados níveis de crescimento econômico nos países industrializados. Conforme observa Nayyar (2014), entretanto, esse crescimento ocorreu de forma desigual, ampliando as disparidades entre países e regiões do mundo.

Ao longo da década de 1950, tornaram-se cada vez mais evidentes os limites dessa abordagem centrada exclusivamente no crescimento econômico. Segundo Meier (1990), o aumento da produção e da renda não se traduziu automaticamente em melhoria das condições de vida das populações mais pobres. De acordo com Maddison (2011), as diferenças entre as rendas per capita das regiões mundiais se ampliaram significativamente ao longo do tempo, indicando que o crescimento econômico não produzia convergência entre países.

Nesse contexto, a distinção entre crescimento e desenvolvimento passou a ganhar relevância no debate internacional. Como argumenta Esteva (2000), tornou-se evidente a necessidade de redefinir o desenvolvimento para além dos indicadores puramente econômicos, incorporando dimensões sociais relacionadas à qualidade de vida. Segundo Henderson (1995), embora iniciativas da ONU tenham buscado mensurar padrões de vida, os indicadores sociais permaneceram, por longo período, subordinados ao Produto Interno Bruto.

A partir da década de 1960, o desenvolvimento passou a ser progressivamente redefinido como crescimento acompanhado de mudanças estruturais. De acordo com Esteva (2000), esse novo entendimento enfatizava a redução da pobreza, da desigualdade e do desemprego como objetivos centrais do desenvolvimento. Como destaca Todaro (1981), esse movimento esteve associado à emergência do chamado Movimento de Indicadores Sociais, que buscava superar as limitações dos indicadores econômicos tradicionais.

Nas décadas de 1970 e 1980, a ampliação do conceito de desenvolvimento foi aprofundada com a incorporação da temática ambiental à agenda das Nações Unidas. Segundo Bursztyn e Bursztyn (2012), a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, representou um marco ao evidenciar a relação entre degradação ambiental e modelos de desenvolvimento. De acordo com Sachs (2003), esse debate lançou as bases para abordagens integradas, como o ecodesenvolvimento, que posteriormente influenciariam a formulação do conceito de desenvolvimento sustentável.

O aprofundamento dessas discussões culminou, na década de 1980, na consolidação de novas concepções de desenvolvimento. Conforme a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1991), o desenvolvimento sustentável passou a ser definido como aquele capaz de atender às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras. Segundo Brüseke (1998), essa formulação introduziu uma perspectiva ética e intergeracional ao debate sobre desenvolvimento, ao reconhecer os limites ecológicos do crescimento econômico.

Paralelamente, consolidou-se a crítica ao modelo tradicional de desenvolvimento centrado exclusivamente na acumulação econômica. De acordo com Haq (1978), o desenvolvimento deveria ser avaliado a partir de seus impactos sobre a pobreza, a desigualdade e o emprego. Como destaca Graciarena (2000), essa ampliação conceitual evidenciou a importância de dimensões sociais e políticas anteriormente negligenciadas nas estratégias de desenvolvimento, especialmente nos países da América Latina.

Paradoxalmente, esse processo de sofisticação conceitual ocorreu em um contexto de fragilização da governança global do desenvolvimento. Segundo Toussaint (2002), o endividamento dos países em desenvolvimento e as imposições externas limitaram a capacidade desses Estados de implementar políticas de desenvolvimento autônomas. De acordo com Miyet (2014), esse cenário contribuiu para o esvaziamento progressivo do papel das Nações Unidas na coordenação da governança global do desenvolvimento.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar a evolução do conceito de desenvolvimento no âmbito das Nações Unidas, desde sua inserção inicial até a consolidação das abordagens de desenvolvimento humano e desenvolvimento sustentável. Como afirmam Costa e Soares Neto (s.d.), compreender essa trajetória permite evidenciar tanto os avanços normativos promovidos pela ONU quanto os limites estruturais que condicionaram sua atuação ao longo do tempo

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A incorporação do desenvolvimento como eixo estruturante da atuação das Nações Unidas está diretamente vinculada às transformações da ordem internacional no pós-Segunda Guerra Mundial. De acordo com Aragão (2013), a criação da ONU marcou um esforço institucional de reorganização do sistema internacional, no qual o

desenvolvimento passou a ser compreendido como instrumento de promoção da paz e da estabilidade global. Como afirma Hobsbawm (1999), esse período foi caracterizado por profundas mudanças econômicas e políticas, que redefiniram as relações entre Estados e consolidaram novas formas de cooperação internacional.

No contexto imediato do pós-guerra, o desenvolvimento foi amplamente associado ao crescimento econômico e à industrialização. Segundo Todaro (1981), o aumento da renda per capita consolidou-se como principal critério de mensuração do progresso, refletindo a crença de que o crescimento econômico permitiria a superação do subdesenvolvimento. De acordo com Rist (2011), essa concepção baseava-se em uma visão linear da história, na qual os países subdesenvolvidos seriam capazes de reproduzir as trajetórias dos países industrializados.

A emergência de numerosos países independentes na Ásia, na África e na América Latina contribuiu para a centralidade do subdesenvolvimento no debate internacional. Conforme destaca Myrdal (1978), o processo de descolonização revelou profundas assimetrias econômicas e sociais herdadas do período colonial. De acordo com Bértola e Ocampo (2015), essas desigualdades estavam relacionadas à forma subordinada de inserção dessas economias no sistema capitalista internacional, o que limitava suas possibilidades de desenvolvimento autônomo.

A institucionalização dessa visão do desenvolvimento foi reforçada pelos arranjos multilaterais estabelecidos no âmbito do sistema de Bretton Woods. Segundo Hobsbawm (1999), essas instituições foram fundamentais para a consolidação da chamada “era de ouro” do capitalismo. Entretanto, como observa Nayyar (2014), os benefícios desse crescimento foram distribuídos de maneira profundamente desigual, ampliando a distância entre países centrais e periféricos.

Ao longo da década de 1950, tornaram-se evidentes os limites da associação automática entre crescimento econômico e melhoria das condições de vida. Segundo Meier (1990), o aumento da produção não garantiu a redução da pobreza nem da desigualdade. De acordo com Maddison (2011), as diferenças entre as rendas per capita das regiões mais ricas e mais pobres do mundo se ampliaram, demonstrando que o crescimento econômico não produziu convergência global.

Nesse contexto, passou a ganhar relevância a distinção entre crescimento e desenvolvimento. Conforme argumenta Esteva (2000), tornou-se necessário redefinir o desenvolvimento para além dos indicadores puramente econômicos, incorporando dimensões sociais relacionadas à qualidade de vida. De acordo com Henderson (1995), apesar dos esforços da ONU para mensurar padrões de vida, os indicadores sociais permaneceram subordinados ao Produto Interno Bruto durante grande parte do período pós-guerra.

A partir da década de 1960, o desenvolvimento passou a ser progressivamente compreendido como crescimento acompanhado de transformações estruturais. Segundo Todaro (1981), esse novo entendimento enfatizava a redução da pobreza, da desigualdade e do desemprego como objetivos centrais do desenvolvimento. Como destaca Graciarena (2000), essa mudança refletiu a pressão exercida pelos países em desenvolvimento por uma agenda internacional mais sensível às questões distributivas.

Nas décadas de 1970 e 1980, a ampliação conceitual do desenvolvimento foi

aprofundada com a incorporação da dimensão ambiental. De acordo com Bursztyn e Bursztyn (2012), a Conferência de Estocolmo, em 1972, marcou o reconhecimento internacional dos impactos ambientais dos modelos de crescimento vigentes. Como afirma Sachs (2003), esse debate impulsionou propostas integradas, como o ecodesenvolvimento, que buscavam articular crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental.

O aprofundamento dessas discussões culminou na consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável. Segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1991), o desenvolvimento sustentável deveria atender às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras. Conforme destaca Brüseke (1998), essa formulação introduziu uma dimensão ética e intergeracional ao debate, reconhecendo explicitamente os limites ecológicos do crescimento econômico.

Paralelamente, consolidaram-se críticas ao modelo tradicional de desenvolvimento centrado exclusivamente na acumulação econômica. De acordo com Haq (1978), o desenvolvimento deveria ser avaliado a partir de seus impactos sobre pobreza, emprego e desigualdade. Como observa Myrdal (1978), a persistência do subdesenvolvimento indicava a existência de obstáculos estruturais profundos, que não poderiam ser superados apenas pelo crescimento econômico.

Apesar dos avanços normativos observados, a ampliação conceitual do desenvolvimento ocorreu em um contexto de fragilização da governança global. Segundo Toussaint (2002), o endividamento externo limitou a capacidade dos países em desenvolvimento de formular estratégias autônomas. De acordo com Miyet (2014), esse cenário reduziu progressivamente o papel das Nações Unidas na coordenação efetiva da agenda global do desenvolvimento.

Em síntese, o referencial teórico evidencia que a trajetória do conceito de desenvolvimento no âmbito das Nações Unidas foi marcada por um movimento simultâneo de sofisticação conceitual e limitação prática. Como afirmam Rist (2011) e Esteva (2000), o desenvolvimento consolidou-se como uma construção histórica e normativa em permanente disputa, refletindo as assimetrias estruturais do sistema internacional.

3 METODOLOGIA

O presente artigo caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, com abordagem teórico-documental, voltado à análise da trajetória do conceito de desenvolvimento no âmbito das Nações Unidas. De acordo com Aragão (2013), a análise documental constitui estratégia central para a compreensão da evolução normativa e institucional da ONU no campo do desenvolvimento. Como afirmam Rist (2011) e Esteva (2000), esse tipo de abordagem é particularmente adequada para investigar conceitos que se transformam historicamente e assumem significados distintos conforme o contexto político e institucional.

A investigação baseia-se exclusivamente em fontes secundárias, constituídas por documentos oficiais das Nações Unidas e por literatura teórica clássica sobre desenvolvimento, conforme mobilizada nos artigos-base. Segundo CINU/BR (2009), os documentos produzidos pela ONU expressam tanto os consensos normativos quanto as

disputas que permeiam a agenda internacional do desenvolvimento. De acordo com Bértola e Ocampo (2015), a análise desse tipo de material permite identificar continuidades e rupturas nas estratégias internacionais de promoção do desenvolvimento.

Do ponto de vista analítico, adotou-se uma periodização histórica como eixo organizador da interpretação. Conforme destaca Hobsbawm (1999), a periodização é um recurso fundamental para compreender processos históricos de longa duração, especialmente em contextos de mudanças estruturais. De acordo com Maddison (2011), a observação das transformações ao longo do tempo possibilita identificar padrões persistentes de desigualdade e desenvolvimento no sistema internacional.

A análise concentrou-se na leitura crítica e comparativa dos textos selecionados, com ênfase nos pressupostos teóricos e nos objetivos normativos que orientaram a atuação da ONU em cada período. Como argumenta Rist (2011), compreender o desenvolvimento exige examinar não apenas suas definições formais, mas também os interesses e valores que sustentam tais formulações. Segundo Graciarena (2000), essa leitura crítica é essencial para revelar os limites e contradições das estratégias de desenvolvimento adotadas internacionalmente.

4 RESULTADOS e DISCUSSÃO

A análise da trajetória do conceito de desenvolvimento no âmbito das Nações Unidas revela um processo contínuo de reformulação conceitual, profundamente condicionado pelas transformações econômicas, políticas e institucionais da ordem internacional. De acordo com Aragão (2013), desde a fundação da ONU, o desenvolvimento foi incorporado como elemento normativo central da cooperação internacional, ainda que seu significado tenha variado conforme os contextos históricos. Como argumenta Rist (2011), essas variações refletem disputas políticas e ideológicas em torno da definição do que deve ser entendido como progresso no sistema internacional.

No período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, os resultados indicam a predominância de uma concepção de desenvolvimento centrada no crescimento econômico e na industrialização. Segundo Todaro (1981), o aumento da renda per capita consolidou-se como principal critério de mensuração do desenvolvimento, orientando políticas nacionais e multilaterais. De acordo com Hobsbawm (1999), essa visão esteve associada à reconstrução econômica do pós-guerra e à consolidação dos arranjos institucionais de Bretton Woods. Entretanto, como observa Nayyar (2014), os benefícios desse modelo concentraram-se nos países industrializados, aprofundando desigualdades globais.

Os resultados evidenciam que a expectativa de convergência entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos não se confirmou. Conforme destaca Maddison (2011), as disparidades entre as rendas per capita das diferentes regiões do mundo aumentaram ao longo do tempo. De acordo com Meier (1990), esse padrão revelou que o crescimento econômico não produzia, automaticamente, melhorias nas condições de vida das populações mais pobres, expondo os limites da associação direta entre crescimento e desenvolvimento.

A partir da década de 1960, observa-se um primeiro deslocamento conceitual relevante, com a incorporação progressiva das dimensões sociais ao debate sobre desenvolvimento. Segundo Esteva (2000), esse movimento refletiu o reconhecimento de

que o desenvolvimento deveria ser compreendido como um processo mais amplo, envolvendo qualidade de vida e bem-estar social. Como argumenta Graciarena (2000), a pressão exercida pelos países em desenvolvimento contribuiu para a ampliação da agenda da ONU, ainda que o crescimento econômico continuasse ocupando posição central nas estratégias multilaterais.

Nesse contexto, os resultados indicam que a atuação da ONU passou a enfatizar a necessidade de mudanças estruturais nos países subdesenvolvidos. De acordo com Todaro (1981), o desenvolvimento passou a ser concebido como crescimento acompanhado de transformações sociais capazes de reduzir pobreza, desigualdade e desemprego. Entretanto, conforme observa Rist (2011), essa ampliação conceitual nem sempre se traduziu em mudanças efetivas nas práticas institucionais, mantendo-se uma forte dependência de indicadores econômicos tradicionais.

A incorporação da dimensão ambiental, a partir da década de 1970, representou um novo marco na evolução do conceito de desenvolvimento. Segundo Bursztyn e Bursztyn (2012), a Conferência de Estocolmo evidenciou os impactos ambientais dos modelos de crescimento vigentes, colocando em xeque a ideia de progresso ilimitado. Como afirma Sachs (2003), esse debate impulsionou propostas integradas, como o ecodesenvolvimento, que buscavam articular crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental.

O aprofundamento dessas discussões culminou na consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável. De acordo com a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1991), o desenvolvimento sustentável deveria atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras. Conforme destaca Brüske (1998), essa formulação introduziu uma dimensão ética e intergeracional ao debate, ao reconhecer explicitamente os limites ecológicos do crescimento econômico.

Paralelamente, os resultados indicam o fortalecimento de críticas ao modelo tradicional de desenvolvimento centrado exclusivamente na acumulação econômica. Segundo Haq (1978), o desenvolvimento deveria ser avaliado a partir de seus impactos concretos sobre pobreza, emprego e desigualdade. De acordo com Myrdal (1978), a persistência do subdesenvolvimento evidenciava obstáculos estruturais profundos, que não poderiam ser superados apenas por meio do crescimento econômico, especialmente nos países periféricos.

Apesar dos avanços conceituais observados, a análise revela que a ampliação do conceito de desenvolvimento ocorreu em um contexto de fragilização da governança global. Conforme argumenta Toussaint (2002), o endividamento externo e as imposições internacionais limitaram a autonomia dos países em desenvolvimento. De acordo com Miyet (2014), esse cenário reduziu progressivamente a capacidade das Nações Unidas de coordenar de forma efetiva a agenda global do desenvolvimento, produzindo um descompasso entre sofisticação normativa e implementação prática.

Em síntese, os resultados e a discussão evidenciam que a evolução do conceito de desenvolvimento no âmbito das Nações Unidas foi marcada por avanços normativos significativos, mas também por limitações estruturais persistentes. Como afirmam Rist (2011) e Esteva (2000), o desenvolvimento consolidou-se como uma construção histórica em permanente disputa, na qual a ampliação conceitual convive com restrições institucionais que dificultam sua efetivação no plano internacional.

5 CONCLUSÃO

A trajetória do conceito de desenvolvimento no âmbito das Nações Unidas evidencia um processo marcado por contínua ampliação conceitual, profundamente condicionado pelas transformações da ordem internacional no pós-Segunda Guerra Mundial. De acordo com Aragão (2013), desde a criação da ONU, o desenvolvimento passou a integrar o núcleo normativo da cooperação internacional, articulando-se à promoção da paz e da estabilidade global. Como afirma Rist (2011), esse conceito não permaneceu estático, mas foi sendo redefinido ao longo do tempo, refletindo disputas políticas, econômicas e ideológicas presentes no sistema internacional.

Nos primeiros anos da Organização, prevaleceu uma concepção de desenvolvimento fortemente associada ao crescimento econômico e à industrialização. Segundo Todaro (1981), o aumento da renda per capita consolidou-se como principal referência para a mensuração do progresso econômico. De acordo com Hobsbawm (1999), essa visão esteve intimamente ligada ao contexto da reconstrução do pós-guerra e à consolidação da ordem econômica internacional baseada nos arranjos de Bretton Woods. Entretanto, como observa Nayyar (2014), os benefícios desse crescimento foram distribuídos de forma desigual, aprofundando as disparidades entre países centrais e periféricos.

A persistência da pobreza, da desigualdade e do subdesenvolvimento revelou os limites dessa associação automática entre crescimento econômico e desenvolvimento. Conforme argumenta Meier (1990), o aumento da produção não garantiu melhorias generalizadas nas condições de vida das populações mais pobres. De acordo com Maddison (2011), as diferenças entre as rendas per capita das regiões do mundo se ampliaram ao longo do tempo, evidenciando a ausência de convergência econômica global. Esses elementos contribuíram para o fortalecimento das críticas ao entendimento do desenvolvimento como mero sinônimo de crescimento.

A partir das décadas de 1960 e 1970, a ONU passou a incorporar progressivamente dimensões sociais ao debate sobre desenvolvimento. Segundo Esteva (2000), esse movimento refletiu o reconhecimento de que o desenvolvimento deveria ser compreendido como um processo mais amplo, envolvendo qualidade de vida, equidade social e bem-estar. Como destaca Graciarena (2000), essa ampliação conceitual esteve associada à pressão exercida pelos países em desenvolvimento por uma agenda internacional mais sensível às desigualdades estruturais e às especificidades regionais.

O aprofundamento dessas discussões levou à incorporação da dimensão ambiental na agenda internacional do desenvolvimento. De acordo com Bursztyn e Bursztyn (2012), a Conferência de Estocolmo representou um marco ao explicitar os impactos ambientais dos modelos de crescimento vigentes. Como afirma Sachs (2003), esse debate abriu espaço para abordagens integradas, como o ecodesenvolvimento, que buscavam conciliar crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental. Posteriormente, conforme sistematizado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1991), o conceito de desenvolvimento sustentável introduziu uma perspectiva intergeracional ao debate.

Paralelamente, consolidaram-se críticas mais amplas ao modelo tradicional de desenvolvimento centrado exclusivamente na acumulação econômica. Segundo Haq (1978), o desenvolvimento deveria ser avaliado a partir de seus impactos concretos sobre

a pobreza, o emprego e a desigualdade. De acordo com Myrdal (1978), a persistência do subdesenvolvimento indicava a existência de obstáculos estruturais que não poderiam ser superados apenas por meio do crescimento econômico. Essas críticas contribuíram para deslocar o foco do desenvolvimento para dimensões sociais e humanas mais amplas.

Apesar dos avanços normativos observados, a ampliação conceitual do desenvolvimento ocorreu em um contexto de fragilização da governança global. Conforme argumenta Toussaint (2002), o endividamento dos países em desenvolvimento e as imposições externas limitaram a capacidade desses Estados de formular estratégias autônomas de desenvolvimento. De acordo com Miyet (2014), esse cenário reduziu progressivamente o papel das Nações Unidas na coordenação efetiva da agenda global do desenvolvimento, produzindo um descompasso entre sofisticação conceitual e capacidade de implementação.

Em síntese, a evolução do conceito de desenvolvimento no âmbito das Nações Unidas revela uma tensão permanente entre avanços teóricos e limitações práticas. Como afirmam Rist (2011) e Esteva (2000), o desenvolvimento consolidou-se como uma construção histórica e normativa em permanente disputa, cujos significados refletem as assimetrias de poder do sistema internacional. Assim, compreender essa trajetória permite evidenciar não apenas os esforços da ONU na formulação de novos paradigmas de desenvolvimento, mas também os limites estruturais que condicionam sua efetivação no plano global.

6 REFERÊNCIAS

Bértola, L., & Ocampo, J. A. (2015). *Desenvolvimento, vaivéns e desigualdade: Uma história econômica da América Latina desde a independência*. Elsevier.

Brüseke, F. J. (1998). A crítica do desenvolvimento sustentável. *Lua Nova*, (46), 133–157. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000100007>

Bursztyn, M., & Bursztyn, M. A. (2012). *Fundamentos de política e gestão ambiental: Caminhos para a sustentabilidade*. Garamond.

Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil (CINU/BR). (2009). *As Nações Unidas e o desenvolvimento*. Nações Unidas no Brasil.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1991). *Nosso futuro comum* (Relatório Brundtland). Fundação Getúlio Vargas.

Costa, [prenome não confirmado], & Soares Neto, J. J. (s.d.). [Título não confirmado do documento citado no seu artigo]. Sem DOI identificado em fonte pública com segurança.

Esteva, G. (2000). Development. In W. Sachs (Ed.), *The development dictionary: A guide to knowledge as power*. Zed Books.

Graciarena, J. (2000). Poder e estilos de desenvolvimento. In W. Sachs (Ed.), *The development dictionary: A guide to knowledge as power*. Zed Books.

Haq, M. U. (1978). *The poverty curtain: Choices for the Third World*. Columbia University

Press.

Henderson, H. (1995). *Building a win-win world*. Berrett-Koehler.

Hobsbawm, E. (1999). *A era dos extremos: O breve século XX (1914–1991)*. Companhia das Letras.

Maddison, A. (2011). *Contours of the world economy, 1–2030 AD: Essays in macro-economic history*. Oxford University Press.

Meier, G. M. (1990). *Leading issues in economic development*. Oxford University Press.

Miyet, B. (2014). *Global governance and the United Nations*. Sem DOI identificado em fonte pública com segurança.

Myrdal, G. (1978). *Asian drama: An inquiry into the poverty of nations*. Pantheon Books.

Nayyar, D. (2014). *Catch up: Developing countries in the world economy*. Oxford University Press.

Rist, G. (2011). *O desenvolvimento: História de uma crença ocidental*. Vozes.

Sachs, I. (2003). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Garamond.

Todaro, M. P. (1981). *Economic development in the Third World*. Longman.

Toussaint, E. (2002). *A bolsa ou a vida: A dívida externa do Terceiro Mundo*. Fundação Perseu Abramo.